



## Relatório de Término de Projeto

### PCR

**Nome do Projeto:** Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta)

**País:** Brasil

**Setor/Subsetor:** Desenvolvimento Urbano e Habitação

**Equipe de Projeto Original:** Arthur Darling (REI/ENI) Jefe; Luis Macedo (REI/ENI); Eduardo Rojas (SDW/SOS); Emilio Cueto (LEG/OPR); Ana Lúcia Dezolt (COF/CBR); Consultants: Alberto Sturla; Charles MacDonald; Ephim Shluger; Sandra Whiting

**Número de Empréstimo:** 1200/OC-BR (BR-0261)

**Data do QRR:** 12 dezembro, 2010

**Data de Aprovação Final:** 13 janeiro, 2011

#### **Equipe PCR:**

Ana Lucia Dezolt (ICF/FMM), Especialista Setorial, Jefe;  
Mônica Merlo (PDP/CBR), Especialista Financeiro;  
Benard Darnel (CSC/CBR), Consultor; Ida M. Fernández (ICF/FMM).

## **Acrônimos e Abreviações**

AF	Agente Financeiro
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BL	Base Line (linha de base de dados)
CGU	Controlaria Geral da União
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CESI	Comitê de Impacto Ambiental e Social - CESI
CCNAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CUMN	Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
EOP	End of Project
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IP	Implementação do Projeto (BID)
IPTU	Imposto Territorial Urbano
ISDP	Informativo do Sistema de Desempenho do Projeto (BID) (também PPMR)
MinC	Ministério da Cultura
OD	Objetivo de Desenvolvimento (BID)
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCR	Project Completion Report (BID)
PPA	Plano Plurianual
PPMR	Project Performance Monitoring Report
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicações do Governo
SFC	Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda
SHUN	Sítios Histórico Urbano Nacional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIP	Sistema de Informações de Patrimônio/SIP
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISPLAN	Sistema de Planejamento
SNPC	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
TCU	Tribunal de Contas da União
UCG	Unidade Central de Gerenciamento
UEP	Unidade Executora do Projeto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## ÍNDICE

<b>I. Informação Básica</b> .....	1
<b>II. O Projeto</b> .....	2
A. Contexto do Projetos .....	2
B. Descrição do Projeto.....	7
C. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável ) N.A.....	8
<b>III. Resultados</b> .....	8
A. Efeitos Diretos .....	8
B. Externalidades .....	10
C. Produtos.....	11
D. Custos do Projeto.....	13
<b>IV. Implementação do Projeto</b> .....	14
A. Desempenho do Mutuário/Agência Executora.....	15
B. Desempenho do Banco .....	15
<b>V. Sustentabilidade</b> .....	15
A. Análise de Fatores Críticos .....	15
B. Riscos Potenciais .....	16
C. Capacidade Institucional .....	16
<b>VI. Monitoramento e Avaliação</b> .....	17
A. Informação sobre Resultados .....	17
B. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post .....	17
<b>VII. Lições Aprendidas</b> .....	17
A. Na Preparação Do Programa E Dos Projetos .....	17
B. Na Preparação/Execução Do Programa E Dos Projetos .....	18
C. Na Execução Do Programa E Dos Projetos:.....	18
D. No monitoramento e avaliação do programa e dos projetos.....	19

## ANEXOS

Anexo 1: Financiamento do Projeto

- Anexo 1-A: Fonte de Financiamento
- Anexo 1- B: Calendário de Investimentos

Anexo 2: Avaliação do Mutuário

LINKS ELECTRÔNICOS		Link
1.	MONUMENTA - Proposta de Empréstimo (Espanhol)	<a href="#">Doc #35449302</a>
2.	MONUMENTA - Loan Proposal (English)	<a href="#">Doc #35449308</a>
3.	Regulamento Operativo_Setembro 2006	<a href="#">Doc #35449317</a>
4.	Marcos Lógicos dos 26 Projetos de Investimentos Integrados do Programa	<a href="#">Doc #35449321</a>
5.	EXPO MONUMENTA 2010	<a href="#">Doc #35449332</a>
6.	Linha do Tempo da Defesa do Patrimônio Histórico Brasileiro e do Programa Monumenta	<a href="#">Doc #35449338</a>
7.	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas	<a href="#">Doc #35449345</a>
8.	Plano de Ação para as Cidades Históricas – IPHAN	<a href="#">Doc #35449346</a>
9.	Revisão dos Indicadores do Programa – Retrofitting do PPMR 2003/2004	<a href="#">Doc #35453622</a>
10.	Lista de Publicações do Programa	<a href="#">Doc #35452377</a>
11.	Cartilha para Financiamento de Imóveis Privados	<a href="#">Doc #35453362</a>
12.	Cartilha sobre Implantação e Operacionalização do Fundo de Preservação	<a href="#">Doc #35453369</a>
13.	Carta Consulta Aprovada da 2ª Fase do Programa Monumenta	<a href="#">Doc #35453381</a>
14.	Avaliação Independente e Pesquisa de Percepção do Programa MONUMENTA – 2009 e Anexos	<a href="#">Doc #35452398</a>
<b>ANEXOS DO LINK 14</b>	14.1 MONUMENTA - Seminário Mariana - Relatório Final	<a href="#">Doc #35453009</a>
	14.2 MONUMENTA - Avaliação Belém-PA	<a href="#">Doc #35453015</a>
	14.3 MONUMENTA - Avaliação Cachoeira-BA	<a href="#">Doc #35453018</a>
	14.4 MONUMENTA - Avaliação Congonhas-MG	<a href="#">Doc #35453024</a>
	14.5 MONUMENTA - Avaliação Corumbá-MS	<a href="#">Doc #35453004</a>
	14.6 MONUMENTA - Avaliação Diamantina-MG	<a href="#">Doc #35453048</a>
	14.7 MONUMENTA - Avaliação Goiás-GO	<a href="#">Doc #35453053</a>
	14.8 MONUMENTA - Avaliação Icó-CE	<a href="#">Doc #35453059</a>
	14.9 MONUMENTA - Avaliação Laranjeiras-CE	<a href="#">Doc #35453061</a>
	14.10 MONUMENTA - Avaliação Lençóis-BA	<a href="#">Doc #35453045</a>
	14.11 MONUMENTA - Avaliação Manaus-AM	<a href="#">Doc #35453081</a>
	14.12 MONUMENTA - Avaliação Mariana-MG	<a href="#">Doc #35453082</a>
	14.13 MONUMENTA - Avaliação Natividade-TO	<a href="#">Doc #35453084</a>
	14.14 MONUMENTA - Avaliação Oeiras-PI	<a href="#">Doc #35453088</a>

	14.15 MONUMENTA - Avaliação Olinda-PE	<a href="#">Doc #35453077</a>
	14.16 MONUMENTA - Avaliação Ouro Preto-MG	<a href="#">Doc #35453096</a>
	14.17 MONUMENTA - Avaliação Pelotas-RS	<a href="#">Doc #35453099</a>
	14.18 MONUMENTA - Avaliação Penedo-AL	<a href="#">Doc #35453101</a>
	14.19 MONUMENTA - Avaliação Porto Alegre-RS	<a href="#">Doc #35453102</a>
	14.20 MONUMENTA - Avaliação Recife-PE	<a href="#">Doc #35453093</a>
	14.21 MONUMENTA - Avaliação Rio de Janeiro-RJ	<a href="#">Doc #35453122</a>
	14.22 MONUMENTA - Avaliação Salvador-BA	<a href="#">Doc #35453124</a>
	14.23 MONUMENTA - Avaliação São Cristóvão-SE	<a href="#">Doc #35453126</a>
	14.24 MONUMENTA - Avaliação São Francisco Sul-SC	<a href="#">Doc #35453127</a>
	14.25 MONUMENTA - Avaliação São Paulo-SP	<a href="#">Doc #35453119</a>
	14.26 MONUMENTA - Avaliação Serro-MG	<a href="#">Doc #35453157</a>
	14.27 MONUMENTA - Avaliação Fortalecimento IPHAN	<a href="#">Doc #35453134</a>
	14.28 MONUMENTA - Avaliação PROGRAMA GLOBAL	<a href="#">Doc #35453136</a>
	14.29 MONUMENTA - Demonstrativo Execução Financeira	<a href="#">Doc #35453137</a>
	14.30 MONUMENTA - Monitoramento Imóveis Privados 09MAR2009	<a href="#">Doc #35453138</a>
	14.31 MONUMENTA - Procedimentos Operacionais Imóveis Privados	<a href="#">Doc #35453131</a>
	14.32 MONUMENTA - Carta Consulta_v01SET2008	<a href="#">Doc #35453141</a>
	14.33 MONUMENTA E PNAFM - Síntese Avaliação 08JUN2009	<a href="#">Doc #35453139</a>
15	Seminário Nacional de Avaliação do Programa Monumenta, Mariana, MG - Novembro/2007: Conclusões e Recomendações do Seminário - Lista de Participantes	<a href="#">Doc #35513315</a>

## I. INFORMAÇÃO BÁSICA

### DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

**NO PROJETO:** BR 0261

**Mutuário:** Republica Federativa do Brasil  
**Agência Executora (AE):** Ministério da Cultura

**Empréstimo (s):** 1200/OC-BR  
**Setor:** Desenvolvimento Urbano e Habitação

**Instrumento de Empréstimo:**  
Investimento específico

**Section .01**

**Section .02**

**Investimento Combate a Pobreza (PTI): Não**  
**Equidade Social (SEQ): Sim**  
**Classificação Ambiental: A, B, ou C**

O Executor analisou os impactos sociais e ambientais dos projetos da amostrar de acordo com as recomendações do Comitê de Impacto Ambiental e Social - CESI  
Conforme a Proposta de Empréstimo do Projeto, os riscos de efeitos ambientais adversos eram considerados mínimos e e transitórios, relacionado com as pequenas obras e a eventual necessidade de reassentamento de poucas famílias.

**TÍTULO:** Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumento)

**Data da Aprovação pelo Diretório:** 22.09.1999  
**Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo:** 04.12.1999  
**Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso:** 28.03.2000

**1) Meses em Execução:**

\* Desde a aprovação: 131  
\* Desde a efetividade do contrato: 128

**Períodos de Desembolso**

**Data Original de Ultimo Desembolso:** 04. 12.2004  
**Data Atual de Ultimo Desembolso:** 04.10.2010  
**Extensão Acumulada (Meses):** 70

**Montante do Empréstimo(s)**

\* **Montante Original:** 62,500,000  
\* **montante Atual:** 62,500,000  
\* **Pari Passu (se aplicável):**

**Houve Redirecionamento de recursos de [ ] para [ ] este projeto?**  
[ x ] N/A (Favor marcar opção correspondente)

**Montante US\$:** - 0 -

**Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:**

N/A

**Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:**

**Montante US\$:**

**2) Desembolsos**

\* **Montante atual:** 56.691.708,92 (90.7 %)

**Custo total do projeto (estimativa original):** 125,000,000

**Em estado de "Alerta"**

**Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):**

**Resumo da Classificação do Desempenho**

OD	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

## II. O PROJETO E RESUMO EXECUTIVO

### A. Contexto do Projeto e Resumo Executivo

#### 1. Antecedentes

- 2.1 Apesar do Brasil ter sido um dos primeiros países a reconhecer em lei a importância do patrimônio cultural e histórico criando o IPHAN em 1937 (com o objetivo de proteger, preservar, divulgar e gerir o patrimônio cultural do país), os monumentos, imóveis e sítios arqueológicos, apresentavam um elevado nível de deterioração e risco de arruinamento. Antes do início do Monumenta o IPHAN calculou que a maioria dos edifícios históricos não estavam em boas condições<sup>1</sup>.
- 2.2 No desenvolvimento deste programa o MinC realizou uma pesquisa, de âmbito nacional (15 regiões, 21 cidades e 1.800 famílias), para averiguar a atitude e o conhecimentos deste patrimônio. Nestas 21 cidades, as pessoas puderam identificar apenas 25,8% dos conceitos expostos. Verificou-se ainda que o conhecimento da história e do patrimônio aumenta de acordo com a escolaridade, a idade e a classe social do pesquisado. Os resultados da pesquisa refletiram ainda isolamento regional e bairrismo. Os dados indicaram uma probabilidade três vezes maior, por parte dos pesquisados, de conhecer a história e o patrimônio de sua região do que de outras áreas.
- 2.3 As principais causas da deterioração do patrimônio histórico foram fundamentalmente devido ao uso que se fazia dos edifícios históricos, o qual muitas vezes não justificava os gastos com a preservação de suas características históricas e artísticas<sup>2</sup>. A maioria dos edifícios históricos eram funcionalmente obsoletos, em áreas de difícil acesso, mal iluminadas e inseguras, levando a um círculo vicioso de redução dos atrativos/incentivos para sua ocupação e promoção do comércio ao redor destes edifícios, tornando estas áreas cada vez menos seguras.
- 2.4 Alguns dos incentivos tributários<sup>3</sup> com o objetivo de aumentar os investimentos e promover a manutenção e uso do patrimônio foram mal concebidos e eram ineficientes, pois não estabeleciam prioridades no investimento destes recursos nem estavam condicionadas à devida manutenção do bem. Estes recursos apesar de destinados a atividades culturais, em sua maior parte estavam desvinculadas da finalidade de preservação do patrimônio imóvel<sup>4</sup>.
- 2.5 Considerando que a maioria dos edifícios históricos eram funcionalmente obsoletos e inadequados para seu uso, seus proprietários, que em geral desconheciam a importância histórica do patrimônio, fizeram modificações incompatíveis com a preservação do patrimônio, que danificaram ou afetaram suas características originais<sup>5</sup>. Mesmo quando a intenção era preservar, a escassez de mão de obra e não exigência de certificação técnica para participar das licitações, somada ao desconhecimento da maioria dos empreiteiros e artesãos das técnicas apropriadas para trabalhar com edifícios e materiais históricos trouxe resultados danosos à preservação.

#### 2. O Projeto e a Modalidade de Execução

##### a) O Contrato com o Banco

- 2.6 O apoio do BID para a preparação e implementação do Programa de Preservação de Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA representa um marco importante na modernização, em todo território do país, da forma como o IPHAN e o MinC preservam os sítios históricos federais.
- 2.7 A preparação do Programa culminou com a aprovação, em setembro de 1999, pelo Diretório do BID, de um financiamento no valor de US\$ 62.5 milhões para apoiar o Ministério da Cultura – MinC, e grupo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na implementação do MONUMENTA. O Contrato com o Banco contemplou um aporte de contrapartida do Governo do Brasil num montante igual ao do financiamento do BID e prazo de execução de cinco anos.

Visto que a operação não se enquadrou nos requisitos estabelecidas na Oitava Reposição de Capital do BID no que tange a investimentos em projetos destinados a melhorar a justiça social e/ou a redução da pobreza, a mesma não se beneficiou dos dez pontos percentuais em financiamento adicional. Por outro lado, o objetivo do Projeto era consistente com a estratégia do Banco de apoiar a reforma e a modernização do setor público.

<sup>1</sup> Dos 800 monumentos nacionais (edifícios históricos) inventariados, a maioria estava em regiões urbanas, somente 20% estavam em boas condições; 10% em ruínas; 40% em más condições; 25% foram modificados de forma inadequada e 5% precisavam de reparos menores.

<sup>2</sup> Segundo o IPHAN apenas 32% dos monumentos declarados eram usados de forma compatível com a preservação. Dos restantes, 45% estavam destinados a usos que os deterioravam, 20% parcialmente ocupados e 3% foram abandonados.

<sup>3</sup> A Lei Federal 8.313-91 oferece incentivo às empresas na dedução dos seus impostos federais entre 60 e 80%. Além disso, vários estados e municípios adotam legislação similar.

<sup>4</sup> No entanto, a aplicação deste sistema resultou em alguma consciência pública sobre a importância do patrimônio cultural, uma vez que as empresas privadas fizeram publicidade sobre seus investimentos na preservação do patrimônio cultural.

<sup>5</sup> Contudo, alguns danos foram intencionais visando auferir maior lucratividade ao libertar-se das restrições legais. As punições para estes comportamentos não estavam bem codificadas pela lei e não eram bem aplicadas.

2.8 O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR entre o BID e a República Federativa do Brasil foi assinado em dezembro de 1999, tendo como Órgão Executor o Ministério da Cultura com a participação, na implementação, do IPHAN, dos Estados, Municípios e do setor privado. A operação se tornou elegível para desembolsos em março de 2000.

**b) Objetivos e Componentes do Projeto**

2.9 O Projeto teve como objetivo contribuir para a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, conscientizar a população do país acerca da existência, valor cultural e necessidade de preservação desse patrimônio, e aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação.

2.10 Os sítios ou conjuntos históricos federais, adicionais àqueles da amostra representativa do Programa (Olinda, Ouro Preto, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo), foram priorizados por uma comissão especial constituída de especialistas independentes da área de patrimônio e, representantes da UNESCO, do próprio Ministério, do Ministério da Educação, do IPHAN, da Embratur e representantes de órgãos estaduais e municipais de patrimônio. Coube a essa comissão, em setembro de 2000, por meio da análise de estudos monográficos sobre o estado de conservação e representatividade histórica e cultural de cada uma das então 101 áreas protegidas, distribuídas nas cinco regiões geográficas do País, concluir por uma ordem de prioridades de intervenção.

2.11 As 26 cidades participantes do Programa constituem-se portanto em uma relação representativa da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, que contempla desde os conjuntos urbanos clássicos, vários deles pertencentes à lista de Patrimônio Cultural da Humanidade, até outros que, apesar de menos notórios, são portadores de referências insubstituíveis para se compor o quadro da formação cultural do País.

2.12 Para promover o alcance dos citados objetivos, o Projeto foi estruturado em cinco componentes, a seguir:

(i) O Componente de Investimentos Integrados em Áreas de Projetos era a categoria principal de investimentos para a restauração de sítios ou conjuntos urbanos federais eleitos prioritários pelo Ministério, em 26 cidades do Brasil. No mesmo Componente também ficou inserido o financiamento para a restauração de imóveis privados situados nas áreas de projeto, visando recuperar suas características históricas e artísticas.

(ii) O Componente de Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura, do IPHAN e dos Municípios, teve o objetivo de tornar a tomada de decisões do setor sobre os projetos de preservação urbana mais transparente e estabelecer um sistema rigoroso de inventários, classificação e de prioridades de intervenção.

(iii) O Componente de Promoção de Atividades Econômicas financiou atividades experimentais para incentivar a participação de empresas privadas, moradores, ONG's e outros grupos interessados no uso econômico do patrimônio urbano.

(iv) Um quarto Componente apoiava a capacitação de agentes culturais e de turismo locais, instrutores e artesãos em técnicas de restauração, incluindo carpinteiros, pedreiros, ferreiros e pintores.

(v) O quinto Componente financiou Programas Educativos para informar a população sobre seu patrimônio histórico, cultural e artístico, assim como seu cuidado e uso.

**c) O Executor e Agente Financeiro**

2.13 Para a execução do Programa foi criada uma Unidade Central de Gerenciamento (UCG) com responsabilidade para todas as medidas financeiras, administrativas, organizacionais e de planejamento necessárias ao desenvolvimento do mesmo sob a coordenação geral do MinC. A UCG também atuou na coordenação da formulação e supervisão de projetos municipais. Sua equipe foi formada por um gerente executivo, especialistas em arquitetura, engenharia, direito, finanças públicas, economia, comunicações, meio-ambiente, financiamentos privados de imóveis e representantes do IPHAN.

2.14 Os municípios beneficiados com projeto de investimento integrado foram designados como sub-executores do Programa, constituindo-se, em cada município, uma Unidade de Execução do Projeto (UEP) com a responsabilidade de preparar, coordenar, supervisionar, executar e administrar financeiramente seu projeto.

2.15 O agente financeiro designado para o Programa foi a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

2.16 Adicionalmente, o MinC contou com a assessoria técnica e operacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

**d) O Regulamento Operativo e os Investimentos Integrados**

2.17 As condições e procedimentos de implementação do MONUMENTA foram estabelecidas no Contrato de Empréstimo e num detalhado Regulamento Operativo (ROP), aprovado pelo Banco como condição prévia ao primeiro desembolso do financiamento. (Link Regulamento Operativo).

- 2.18 Para receber financiamento, os municípios comprovaram: (i) possuir sítios nacionais urbanos ou um conjunto urbano de monumentos nacionais incluídos na lista de prioridades do Ministério;(ii) ter a capacidade de executar os investimentos e proporcionar uma contrapartida financeira; (iii) possuir uma proposta para um projeto específico baseada em reuniões participativas, nas quais os moradores, a Câmara de Comércio, a universidade local, as ONG's, as autoridades municipais e o IPHAN identificariam os problemas da área e os objetivos do Projeto, além de demonstrar o interesse do setor privado em participar do Projeto.
- 2.19 O projeto selecionado teve que: (i) ter um custo total de menos de US\$1 milhão, quando não incluía um componente de investimento integrado e de menos de US\$8 milhões nos demais casos; (ii) ter um custo total por monumento, individualmente declarado que não ultrapassava US\$1,5 milhão; (iii) identificar o uso previsto de bens recuperados e demonstrar que a entidade responsável possuía recursos suficientes para a sua operação e manutenção; (iv) conter um relatório sobre impacto social e ambiental; (v) consultar a comunidade durante a preparação do projeto para averiguar a opinião pública sobre os planos de reassentamento; (vi) constituir legalmente um Fundo de Preservação para utilização dos recursos financeiros gerados direta ou indiretamente pelo projeto, para cobrir os custos de conservação dos investimentos em monumentos federais, individualmente declarados na Área do Projeto.
- 2.20 Para fins de execução e repasse de recursos financeiros do MONUMENTA, foram firmados três tipos instrumentos: (i) Um contrato entre o MinC e o Agente Financeiro. (ii) Um contrato entre o MinC, agente financeiro e cada sub-executor. (iii) Um convênio entre o MinC e o subexecutor estabelecendo as responsabilidades de cada uma das partes de acordo com o Projeto aprovado.
- 2.21 A seleção de imóveis privados situados na Área de Projeto, elegíveis para o financiamento foi feito mediante edital público de seleção e apresentação de propostas de proprietários interessados. A classificação foi feita por uma comissão de representantes do Município/Estado e do Ministério da Cultura e do IPHAN. As propostas selecionadas foram atendidas pela ordem de classificação, até que se esgotassem os recursos alocados a esse componente.
- 2.22 O financiamento de imóveis privados contemplava obras de recuperação de fachadas e coberturas; demolição de acréscimos que tenham descaracterizado a edificação; estabilização ou consolidação estrutural da edificação; instalações elétricas. Poderiam ainda ser admitidas obras de reforma nos interiores da edificação, desde que demonstrado que a renda familiar mensal do proprietário morador fosse inferior a três salários mínimos, estimulando a permanência dos moradores nos centros históricos e propiciando alternativas de intervenção para o IPHAN, em casos de arruamento ou risco de desabamento de edifícios, para proprietários que não possuíam recursos para sua recuperação.
- 2.23 O financiamento ao beneficiário foi oneroso com retorno obrigatório mediante depósito no Fundo Municipal de Preservação. Foi exigido do beneficiário um Termo de Compromisso de Cooperação Financeira e Contrato de Transação e Confissão de Dívida firmados com o agente financeiro, de acordo com os regulamentos estabelecidos no ROP. O prazo máximo de retorno do financiamento estabelecido foi de quinze anos, para imóveis residenciais ou mistos, e de dez anos, para imóveis comerciais.
- 2.24 Para promover a sustentabilidade dos Projetos nas cidades, foi criado, em cada uma delas, um Fundo de Preservação com uma conta bancária especial para o recebimento de recursos gerados direta ou indiretamente pelas ações do respectivo Projeto. O Fundo, criado por lei municipal, seria administrado por um Conselho formado pelo setor público e privado, o setor público representado pelo MinC, o IPHAN, os governos do Estado e dos Municípios e o setor privado pela sociedade civil, as companhias, as universidades e outras associações vinculadas à conservação do patrimônio histórico.

#### **e) Avaliação e Indicadores de Desempenho**

- 2.25 Anualmente, o organismo executor do Programa apresentou indicadores de metas e propósitos realizados de acordo com o marco lógico do Programa. No último ano de execução, o organismo executor deveria apresentar os resultados de uma pesquisa sobre atitudes e conhecimentos em relação ao patrimônio cultural, utilizando a mesma metodologia empregada pela pesquisa realizada na preparação do Programa (pesquisa em andamento, com previsão de término no final do primeiro semestre de 2011).
- 2.26 Os indicadores de desempenho foram aferidos a partir dos relatórios financeiros do Programa, dos Projetos e dos Fundos de Preservação. A UCG e o IPHAN mantiveram registros e relatórios financeiros separados que foram objeto de auditoria anual pela Secretaria Federal de Controle da Presidência da República, assim como cada uma das UEPs do Programa.
- 2.27 Os indicadores de desempenho foram derivados da Proposta de Empréstimo (Link: Proposta de Empréstimo em espanhol / Proposta de Empréstimo em inglês). Ressalta-se que, baseado numa decisão do Comitê de Políticas e Avaliação do Diretório Executivo do BID, entre 2003 e 2004 houve uma atualização dos indicadores de diversas operações do Banco no Brasil e outros países da América Latina, incluindo a revisão dos indicadores do Programa MONUMENTA. (Link: PPMR Retrofitting Exercise). Para fins de acompanhamento e avaliação, cada um das cidades participantes do Programa apresentou um Marco Lógico para seu projeto. (Link: Marco Lógico das Cidades).
- 2.28 O programa terá alcançado seus objetivos em longo prazo (metas) (i) quando as áreas do projeto forem capazes de manter as características restauradas sem necessidade de recorrer aos fundos federais adicionais para sua manutenção; (ii) quando for observado um aumento no grau de conhecimento público e de atitude favorável em relação ao patrimônio cultural e histórico do país, e (iii) quando a estratégia utilizada no desenvolvimento do MONUMENTA for aplicada na recuperação de sítios nele não incluídos, independentemente da participação do BID no financiamento.

### 3. O Contexto Econômico e Político durante a Execução

- 2.29 As conquistas alcançadas pelo MONUMENTA estão intrinsecamente atreladas ao contexto sócio-econômico presente no cenário nacional e internacional. A concepção e o desenho do Programa aconteceram em meio a várias turbulências que atingiram o país entre os anos de 1997 e 1999, com as crises do mercado internacional de capitais. Se de um lado, o modelo de estabilização alicerçado sobre a âncora cambial iniciado em 1994 fazia com que se mantivessem os juros elevados como forma de atrair divisas; de outro, os reiterados choques externos (crises do México, do Sudeste Asiático e da Rússia) incentivavam ainda mais a manutenção de altas taxas, diante do risco da fuga de capitais.
- 2.30 Em 1999, a despeito de uma política de desvalorizações gradativas e controladas acima do índice de inflação, o ritmo não foi suficiente para sinalizar aos agentes de mercado que o Real aproximava-se de uma cotação adequada em relação ao dólar. Com isso, as reiteradas crises externas e a conseqüente drenagem de divisas que acarretavam, foram mais fortes do que qualquer escolha que fizessem as autoridades monetárias, consubstanciando-se, assim, a crise cambial.
- 2.31 No cenário político, o ano de 2000 deve ser destacado pela realização de eleições para o Executivo e Legislativo municipal e o ano de 2001 pela realização de eleições para o Poder Executivo no âmbito nacional (Presidência da República). Como resultado do pleito, houve alternância de poder no âmbito do Governo Federal, com eleição do Presidente da República de diferente sigla partidária. Também no ano de 2001 ocorreram as eleições para os governos estaduais.
- 2.32 O cenário econômico-financeiro do ano de 2002 apresentou uma forte ameaça para a contenção da inflação e para a estabilidade monetária no Brasil, em função da alternância do poder no âmbito do Governo Federal e por uma possível descontinuidade da política econômica vigente.
- 2.33 O sucesso da política antiinflacionária, influenciada pela queda do dólar, a partir de outubro de 2002, bem como pela política orçamentária rigorosa, aumentou a previsibilidade da economia brasileira e favoreceu a aplicação de estratégias financeiras e de planejamento, melhorando o nível de competição dos agentes econômicos.
- 2.34 No período de 2003-2006, o desempenho da economia brasileira foi marcado por bons resultados apresentados nas contas externas, pela manutenção das taxas de inflação próximas às metas estabelecidas e pela expansão da demanda interna da economia.
- 2.35 No cenário político, o ano de 2004 deve ser destacado mais uma vez pela realização de eleições para o Executivo e Legislativo municipal.
- 2.36 No período de 2007-2008, o desempenho da economia brasileira foi marcado por algumas turbulências resultantes da crise internacional instalada no final de 2008. No cenário político de 2008 também se destaca a realização da 3ª eleição em âmbito municipal ocorrida desde o início do Programa.

### 4. Implementação do Projeto

- 2.37 Os elementos principais da implementação do MONUMENTA estão relacionados no Capítulo III do presente documento. Sobre este tema, vale salientar que o prazo inicial de cinco anos de execução do Programa se estendeu por seis anos adicionais, e os 07 sítios históricos planejados ao início tornaram-se 26 sítios, havendo ainda impactos por fatores transversais e intervenientes do contexto econômico e político, alheios ao controle direto do Executor, e pela complexidade do empreendimento, amplamente refletido nas seguintes observações:
- 2.38 O programa partiu de uma concepção inovadora para a gestão do patrimônio cultural, de que as ações de preservação deviam ser integradas a atividades de fortalecimento institucional, promoção de atividades econômicas, de programas educativos para a população e de capacitação e qualificação de profissionais que atuam sobre o patrimônio cultural. Porém, na implementação, nem todas as cidades apresentaram condições políticas favoráveis para a atuação conjunta com o governo federal, e nem todas as prefeituras apresentaram interesse e comprometimento com a preservação do patrimônio, o que limitou seu envolvimento no Programa. Nesses casos, houve maior dificuldade de realização de ações integradas, com maior ênfase nos investimentos em obras e serviços, e nos financiamentos de imóveis privados, que dependiam mais da equipe do programa e menor ênfase nas ações de fortalecimento institucional, atividades educativas e de desenvolvimento econômico, que dependiam do maior envolvimento dos atores locais.
- 2.39 No final de 2007, foi realizado um Seminário do Monumenta, reunindo 171 especialistas representantes do poder público e do IPHAN das cidades tombadas e das participantes, além de técnicos da Caixa e convidados de diversas Universidades, para uma avaliação do Programa. (Link: Seminário de Mariana) De maneira sintética, o resultado final dessa avaliação foi o seguinte:
- *Perfil do Projeto*: componentes pré-determinados rigidamente geraram uma limitação para atender à diversidade de municípios – o programa em geral apresentou resultados mais efetivos nas pequenas cidades e menos significativos nas grandes. Deveria haver maior flexibilidade, e possibilidades de reavaliações no decorrer do projeto.
  - *Integração das ações*: houve pouco espaço para a proposição e compatibilização de ações, principalmente no entendimento de sustentabilidade econômica para diversas realidades locais.

- *Fortalecimento da gestão local:* a integração UEP – Prefeitura – Governo do Estado – IPHAN, nem sempre foi positiva, dependendo de conjunturas locais. Uma limitação significativa foi o quadro geral de fragilidade das estruturas municipais para a implementação de políticas de preservação.
- *Participação e controle social:* dependia de um comprometimento maior das gestões locais, por isso só se deu efetivamente em poucas cidades, e em geral pontualmente no momento de elaboração de projetos (e não na execução). Poderia envolver mais escolas públicas e universidades. Há a necessidade de mais capacitação para gestores, para compreensão da importância da participação social no projeto.
- *Fundo Municipal de Preservação:* houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais. Faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização dos recursos. Poderia haver maior flexibilidade, permitindo a articulação com outros fundos municipais existentes.
- *Resultados gerais do programa:* houve impactos positivos na valorização do patrimônio e no seu reconhecimento pela população. Faltaram indicadores para medir impactos sociais do programa, houve uma ênfase nos resultados de sustentabilidade econômica a partir de indicadores financeiros. A recuperação de imóveis gerou valorização imobiliária e demanda por novos usos, mas não suficiente para gerar essa sustentabilidade. Destacou-se a importância de fomentar a permanência de usos tradicionais e dificuldades de consolidação da população de baixa renda moradora.

## 5. Resultados e Conclusão

- 2.40 O objetivo do Programa era o de aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas prioritárias do Patrimônio Histórico e Artístico Urbano sob proteção federal, aperfeiçoando a gestão desse patrimônio, estabelecendo critérios para implementação de prioridades de conservação, conscientizando a população brasileira acerca desse patrimônio.
- 2.41 Cidades participantes do Programa:
- Região Centro-Oeste (2 Cidades): Corumbá (MS), Goiás (GO);
  - Região Norte (3 Cidades): Natividade (TO); Belém (PA); Manaus (AM);
  - Região Nordeste (11 Cidades): Alcântara (MA); Cachoeira (BA); Icó (CE); Laranjeiras (SE); Lençóis (BA); Oeiras (PI); Olinda (PE); Penedo (AL); Recife (PE); Salvador (BA); São Cristóvão (SE);
  - Região Sudeste (7 Cidades): Congonhas (MG); Diamantina (MG); Mariana (MG); Ouro Preto (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Serro (MG).
  - Região Sul (3 Cidades): Pelotas (RS); Porto Alegre (RS); São Francisco do Sul (SC).
- 2.42 O Programa Monumenta representa um avanço no tratamento do patrimônio cultural brasileiro pela articulação das ações de preservação, desenvolvimento local e integração governamental e setorial. Sua atuação se destacou principalmente em três frentes: na dinamização econômica e cultural, nas qualificações urbanísticas integradas e na recuperação de imóveis privados. Exemplos a seguir:
- 2.43 Em Cachoeira (BA) e Laranjeiras (SE) foram instalados campi universitários federais - a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e Universidade Federal de Sergipe – em locais que se encontravam em estado de arruinamento. A implantação das Universidades teve como objetivo dar novo significado a um importante conjunto histórico dessas cidades e, ainda, atender a uma carência do ensino superior na região. Ações como estas representam o poder de articulação da Coordenação Nacional do Programa, conseguindo mobilizar os Municípios, os Estados, as Universidades e o Ministério da Educação, proporcionando uma nova dinâmica econômica com uma proposta de desenvolvimento de caráter sustentável.
- 2.44 No centro de Ouro Preto (MG), o Programa criou um parque urbano com a requalificação de uma importante área verde localizada bem no centro da cidade. A intervenção no Vale dos Contos e no Horto Botânico modifica completamente a interação da população e dos visitantes com o sítio histórico, propiciando uma nova fruição da paisagem local.
- 2.45 Em Corumbá (MS) e São Francisco do Sul (SC), as intervenções de requalificação das orlas do rio Paraguai e da Baía da Babitonga promoveram melhoras significativas nesses espaços públicos que permitiram aos moradores restabelecer (resgatar) o uso qualificado dessas áreas e a relação com o rio e o mar.
- 2.46 A recuperação dos imóveis privados tem reforçado a importância da moradia como eixo estrutural das estratégias de recuperação dos centros históricos, reduzindo a subutilização e a degradação dos imóveis. A melhora da qualidade de vida dos moradores é sensível nas mais de 260 recuperações que já foram financiadas pelo Monumenta. A busca por esse crédito com condições especiais e adequadas às realidades locais das cidades históricas demonstra a enorme demanda que ainda precisa ser atendida. Foram lançados quase 60 editais em 25 cidades que somaram mais de 1.200 propostas no valor de R\$ 63 milhões de reais.
- 2.47 Em Natividade (TO), detentora de um conjunto arquitetônico que se destaca pela simplicidade, a ação teve um impacto muito positivo no sítio histórico e na vida dos moradores. Foram recuperados 58 imóveis, o que corresponde a 75% da área protegida, sendo quase todos para famílias com renda de até três salários mínimos.
- 2.48 Finalmente, o Programa Monumenta atua hoje em 26 cidades de forma integrada, com todo o conjunto de ações acima descritas, e em outras 54 com o apoio direto a projetos de capacitação e promoção. Todo o investimento realizado até o momento, no entanto, ainda é insuficiente para atender as demandas e necessidades de todas as cidades que possuem bens protegidos, no caso federal são 91 cidades com 112 sítios históricos ou conjuntos urbanos. A avaliação do Programa (apresentada no item 2.3) mostra que foram obtidos resultados muito importantes na conservação do patrimônio cultural das cidades atendidas, mas aponta

também as limitações para responder às suas diferentes necessidades que são fruto das diversidades urbana, social, econômica e institucional e, principalmente, do patrimônio cultural.

- 2.49 O Plano Plurianual de 2008-2011 propõe uma combinação ótima de investimentos, a partir das realidades locais, que levem ao desenvolvimento regional mais equilibrado em uma perspectiva de longo prazo. Uma proposta de continuidade do Programa Monumenta se alinha com essa perspectiva na medida em que busca a preservação sustentada do patrimônio cultural brasileiro.

## **B. Descrição do Projeto**

### **1. Objetivo(s) de Desenvolvimento**

- 2.50 O Programa **tem os seguintes objetivos** de longo prazo:
- a. Preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
  - b. Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
  - c. Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implementação de prioridades de conservação.
- 2.51 O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto.
- 2.52 Os fins e os propósitos serão alcançados quando os sítios históricos forem sustentáveis, isto é, conseguirem manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos aportes federais para sua conservação. Quando a população estiver consciente sobre a importância de ser preservar o patrimônio existente; e, ainda, quando a estratégia usada para desenvolver esse Programa for também usada para recuperar sítios nele não incluídos, independentemente da participação do BID no financiamento.
- 2.53 Além das obras de restauração, o Programa compreende um conjunto de ações complementares, visando a sustentabilidade, como a formação de mão-de-obra, programas educativos, promoção turística e a reestruturação institucional do setor. Entende-se a sustentabilidade como um conjunto de ações que vão desde as intervenções de conservação e restauro até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro.
- 2.54 Não houve alteração do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto estabelecido na Proposta de Empréstimo e no Anexo A do Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR.

### **2. Componentes**

- 2.55 O Programa estrutura-se em cinco componentes para alcançar seus objetivos:
- a) Investimentos Integrados em Áreas de Projetos.**
- 2.56 Compreende o financiamento das obras e serviços de preservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos tombados pelo Governo Federal, como também de outros monumentos, edificações e espaços públicos que garantam a sustentabilidade do Programa.
- b) Fortalecimento Institucional.**
- 2.57 Este Componente compõe-se de três sub-componentes:
- a. Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura.
  - b. Fortalecimento Institucional do Iphan.
  - c. Fortalecimento Institucional dos Municípios
- c) Promoção de Atividades Econômicas.**
- 2.58 Através de eventos culturais e promoção turística que contribuam para intensificar a economia local e o uso dos imóveis nas áreas do projeto e que tenham pertinência com a história e patrimônio local.

**d) Capacitação de Artífices e de Agentes Locais de Cultura e Turismo;**

2.59 Financiamento de treinamento de instrutores e de agentes locais de cultura e turismo, assim como a formação de artífices em técnicas de conservação.

**e) Programas Educativos sobre o Patrimônio Histórico;**

2.60 Visando estimular o exercício da cidadania através do envolvimento e participação da comunidade no resgate, proteção e valorização do patrimônio cultural.

**C. Revisão da Qualidade do Desenho (se aplicável) n.a.**

Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry")			
[ ] Muito Satisfatório (MS)	[ x ] Satisfatório (S)	[ ] Insatisfatório (i)	[ ] Muito Insatisfatório (MI)

**III. RESULTADOS**

**A. Efeitos Diretos**

ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO (OD)	
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos
<p><b>OBJETIVO I:</b>  <b>Melhoria da Gestão do Patrimônio Histórico, estabelecendo as prioridades de preservação/conservação pelo IPHAN.</b></p> <p>Inicialmente, é importante esclarecer quanto ao alcance do Programa, que o MONUMENTA atua em 26 cidades de forma integrada e em 54 com o apoio direto a projetos de capacitação e promoção, num universo de 91 cidades com 112 sítios históricos ou conjuntos urbanos possuem bens protegidos, no âmbito federal.</p> <p><b>Meta/Efeito: Áreas históricas e culturais urbanas são preservadas</b>  <b>LB = Linha de Base EOP = End of Project Target</b></p>	
<p><b>a) Efeitos Diretos Planejados:</b>  <b>(1ª) EOP revisado em 2003</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>IPHAN mantém os 32 inventários atualizados a partir de 2008.</li> </ul> <p><b>LB 1997:</b> IPHAN não dispunha de inventários atualizados dos sítios históricos federais.</p>	<p><b>2) Efeitos Diretos Obtidos (dezembro 2009)</b>  <b>(1ª)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>IPHAN gerou e mantém 43 inventários.</li> </ul>
<p><b>3) Classificação OD:</b> Provável</p>	
<p><b>(1b)</b>  A estratégia do Programa é aplicada em outros sítios históricos não incluídos no Programa</p> <p><b>LB 1998:</b> o PPA do Governo Federal disponibiliza recursos apenas para intervenções e não projetos integrados de preservação</p>	<p><b>(1b)</b>  O PPA de 2008-2011 do Governo Federal incorpora a Preservação do Patrimônio como política de governo:  - Programa: Programa 0167 Brasil Patrimônio Cultural  - Recursos alocados: R\$ 324.644.792  Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas.</p>
<p><b>Classificação OD:</b> Muito Provável</p>	
<p><b>OBJETIVO II:</b>  <b>Incremento do conhecimento e apreciação da população brasileira sobre seu patrimônio</b></p> <p><b>Meta/Efeito: O conhecimento e apreciação da população brasileira sobre seu patrimônio aumentada</b>  <b>4) LB = Linha de Base EOP = End of Project Target</b></p>	
<p><b>Efeitos Diretos Planejados:</b>  <b>(2)EOP:</b>  Ao término do Programa, pesquisa nacional de conhecimento, realizada antes do último desembolso, aponta acréscimo do percentual de conhecimento da população do país para 35%  <b>LB 1998 :</b> 25,8% da população nacional pesquisada conhecem e apreciam o patrimônio histórico cultural. A média ponderada de atitude dos respondentes na pesquisa nacional de conhecimento indica aumento na seguintes questões:  1. Disposto a doar tempo de LB 4,5 para EOP 5,0  2. Disposto a pagar pelo patrimônio de LB 2,7 para EOP 3,2</p>	<p><b>Efeitos Diretos Obtidos (dezembro 2009)</b>  <b>(2)</b> Pesquisa em andamento, com previsão de término no final de primeiro semestre de 2011.</p> <p>Obs: Estimativas baseadas em seminários e avaliações locais anteriores sugerem que esse <i>benchmark</i> já foi superado na maioria das áreas de atuação do Programa, porém com variações consideráveis entre um sítio e outro, dependendo de diversos fatores como localização, acesso, a administração municipal, o fluxo de turistas e outros.</p>

3. Governos Municipais deverão investir na preservação, de LB 3,0 para EOP 3,5	
<b>Classificação OD:</b> Muito Provável	

**OBJETIVO III:  
Preservação de 26 sítios históricos e culturais urbanos prioritários, continuamente, sem a necessidade de aporte de recursos do Governo federal.**

**Meta/Efeito** Uso econômico, cultural e social das áreas restauradas aumentado  
**LB = Linha de Base**      **EOP = End of Project Target**

<p><b>(3a) EOP:</b> Ao término do Programa, o volume de processos judiciais propostos anualmente pelo IPHAN decresce para até 100, nas 26 cidades onde normas de inventário e de acordos municipais são implementados.</p> <p><b>LB 1996-1998:</b> média de 207 processos judiciais propostos pelo IPHAN por ano.</p>	<p><b>(3a)</b> Reduzido para 172 processos em dezembro de 2007</p> <p>OBS: Não existe sistema de acompanhamento nacional deste dado, o que dificulta sua contabilização.</p>
---	--

**Classificação OD:** Muito Provável

<p><b>(3b) EOP:</b> 26 Fundos de Preservação com recursos suficientes para gestão do patrimônio histórico local, a partir de 2008. OBS: Indicação de número de Fundos com recursos na conta especial. <b>LB 1997:</b> não existe Fundo de Preservação nos 26 municípios.</p>	<p><b>(3b)</b> • 25 Fundos de Preservação estabelecidos, dos quais 11 com capacidade operacional. • 21 Fundos possuem recursos financeiros em conta.</p> <p><b>Obs.</b> houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais, pois faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização desses recursos.</p>
--	--

**Classificação OD:** Baixa Probabilidade

<p><b>(3c) EOP:</b> 26 sítios históricos e culturais urbanos prioritários preservados.</p> <p><b>LB 1997:</b> Nenhuma cidade com projeto de preservação integrado em execução em sítio histórico federal.</p>	<p><b>(3c)</b> Ver 26 Marcos Lógicos dos sítios históricos anexados por Link Eletrônico.</p>
---	--

**Classificação OD:** Muito Provável

**Reformulação:** Não houve reformulação do Projeto [ X ] N/A

**PPMR Retrofitting:** Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas conseqüências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metras. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

O Programa MONUMENTA foi um dos projetos piloto para a readequação do ISDP, realizada em junho de 2003 com a equipe responsável pela revisão e a equipe de projeto. Ressalta-se, no entanto, que a característica multisetorial do Programa, e seus vários componentes dificultaram sua inserção neste instrumento.

**Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):**

[ ] Muito Provável(MP)      [x] Provável (P)      [ ] Pouco Provável (LP)      [ ] Improvável (I)

Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.

- (i) Apesar de grandes desafios na execução dos projetos nos municípios e do pequeno quadro institucional do IPHAN, as ações para o fortalecimento do IPHAN e dos gestores locais foram realizadas a contento, gerando uma melhoria significativa nos instrumentos de trabalho disponíveis.
- (ii) O IPHAN realizou diversos concursos públicos para ampliar seu quadro de profissionais e técnicos no país para garantir a gestão de excelência e a sustentabilidade para o patrimônio histórico.
- (iii) Os municípios reconhecem a importância de seu patrimônio histórico e o Programa proporcionou um grande estreitamento entre estas instâncias (Municípios - IPHAN - MinC).
- (iv) A UCG está fortemente empenhada na regulação dos Fundos de Preservação, imprescindível para a sustentabilidade dos sítios históricos federais. Conforme indicado, o funcionamento dos mesmos nas cidades ainda é muito incipiente. Ressalta -se que mesmo com o pleno funcionamento do Fundo, as demandas da área patrimonial são muito superiores à capacidade financeira dos Fundos, não havendo a total viabilidade econômica dos subprojetos e resolução de todas as demandas de intervenção resolvidas por ele.
- (v) Os pressupostos foram validados pela boa execução do componente fortalecimento institucional do IPHAN e do aprendizado dos municípios no trabalho conjunto de preparação do perfil de projeto, e em especial com a grande demanda pelo financiamento à imóveis privados, em prol da excelência na gestão patrimonial.

Obs. Classificação "provável" validada mediante pesquisa independente do Programa Monumena - Link Eletrônico

**Estratégia de País:** A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país

Este programa se constitui num primeiro passo na modernização da forma em que o IPHAN e o Ministério da cultura preservam os sítios históricos e culturais no Brasil. Foi desenvolvido de forma conjunta com a UNESCO, a qual proporcionou suporte financeiro e assessoria técnica ao MinC.

O programa age em diferentes áreas para o mesmo objetivo a gestão de excelência do patrimônio histórico urbano. Sua concentração em áreas centrais das cidades contempladas favorecem a reabilitação urbana, criando nova dinâmica na economia local posto que todas as intervenções prevêm seu respectivo uso, e ainda contempla a requalificação de imóveis privados, promovendo a revitalização da área como um todo e não apenas em intervenções pontuais. Com a gestão local fortalecida e a população local mobilizada, tendo melhorado sua qualidade de vida, com o apoio destas intervenções e as ações educativas e de fomento à atividades econômicas, gera novo impulso para o desenvolvimento local.

O programa se baseia e prioriza a educação, com campanhas de conscientização pública, educação sobre o patrimônio e a capacitação de artesãos. Finalmente, financia programas modelo para demonstrar como o redimensionamento urbano e o patrimônio podem cooperar para revitalizar as zonas urbanas e tornar o patrimônio sustentável.

## B. Externalidades

Positivas	Negativas
<b>Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida:</b> Aumento da auto-estima da população; Incremento das atividades culturais ligadas à música e as artes cênicas; Requalificação da paisagem urbana e sua utilização no período noturno e final de semana; Criação de Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico.	<b>Desenvolvimento Social/Qualidade de Vida:</b> Aumento no número e fluxo de veículos sem estudo e plano de trânsito adequados; Redução de vagas de estacionamento para carros; Maior volume de lixo urbano e poluição em vários níveis; Transtornos ocasionados pela realização de várias obras concomitantemente.
<b>Desenvolvimento Econômico:</b> Diminuição na taxa de desemprego; Incremento do turismo; Aumento da movimentação financeira na economia da cidade; Aparecimento de novos interesses empresariais, nos ramos hoteleiros, bancário, cultural e no mercado imobiliário.	<b>Desenvolvimento Econômico:</b> Supervalorização e aumento da especulação imobiliária em áreas comerciais e residenciais.
<b>Desenvolvimento da Educação:</b> Interlocução multisetorial para implantação de Campis universitário; Repercussão do Programa no meio acadêmico, dada a grande produção técnica e metodológica mediante linha editorial do Programa.	
<b>Desenvolvimento da Cultura:</b> Incremento anual médio de 8,9% no orçamento do IPHAN, e de 12,7% no orçamento do MinC, no período de doze anos (1996-2007); Ampliação do campo do patrimônio cultural brasileiro, incluindo bens materiais e manifestações imateriais.	<b>Desenvolvimento da Cultura:</b> o concurso público para o IPHAN, pressuposto para a execução do Programa Monumenta quando de sua elaboração, previsto ao seu início (1999) se deu apenas em 2006. Ainda assim, dado que ainda não há plano de cargos e salários vários funcionários deste concurso já se desligaram do Quadro de Pessoal.
<b>Parcerias:</b> Constituição de uma rede de equipes, agentes e disposições orçamentárias nos três níveis da administração, para execução do Programa; Parceria com fundações e empresas privadas; Aumento do número de convênios com a iniciativa privada e com o Governo Federal.	<b>Parcerias:</b> Dados os três níveis da esfera da administração pública envolvidos na execução do Programa, as normas do Banco e da Agência Especializada da ONU (UNESCO), houve grande superposição de burocracias, gerando retrabalho e procedimentos duplicados.

Obs. Externalidades validadas pela pesquisa de percepção junto aos atores envolvidos na execução do programa (Link Eletrônico)

## C. Produtos

Component/ Output / Indicator		Produtos Planejados		Prod. Obtidos		Custos			% Executado	
		Qtd.	Unidade	Atual	%	BID	Local	Total	BID	LOCAL
<b>GLOBAL</b>				<b>87,6%</b>				<b>97.361</b>	<b>56.362</b>	<b>33.870</b>
<b>1- Programas de Investimento Integrado</b>				<b>106,5%</b>		<b>49.491</b>	<b>29.905</b>	<b>79.396</b>	<b>43.682</b>	<b>30.160</b>
1.1	155 Imóveis Públicos, integrantes dos 26 sítios históricos, revitalizados até 2007.	155	Nº. de Imóveis	130	84%	22.362	13.512	35.874	22.351	19.414
1.2	260 imóveis privados, integrantes dos 26 sítios históricos, restaurados até 2007.	260	Nº. de Imóveis	371	143%	16.245	9.816	26.061	9.425	405
1.3	26 Fundos de Preservação Ativos	26	Nº. de Fundos	11	42%	-	-	-	-	-
1.4	Ao final do Programa, 127 espaços públicos restaurados.	127	Nº. de Intervenções	93	73%	10.884	6.577	17.461	11.906	10.341
<b>2- Fortalecimento Institucional</b>				<b>103%</b>		<b>4.940</b>	<b>1.245</b>	<b>6.185</b>	<b>4.940</b>	<b>1.297</b>
2.1	Sistema Nacional de Informações Patrimoniais - SNIP em funcionamento.	1	Nº. de Sistema	-	0%	-	129	129	-	-
2.2	20 Planos diretores ou planos de preservação elaborados até 2006.	20	Nº. de Planos	14	70%	619	-	619	619	-
2.3	Em 2003, 08 manuais técnicos do IPHAN sobre conservação, manutenção, uso e preparação de projeto estarão disponíveis no site do IPHAN.	8	Nº. de Manuais	16	200%	1.962	-	1.962	1.962	135
2.4	Em 2000, IPHAN desenvolveu os instrumentos legais e administrativos para gerenciar a proteção em conjunto com as municipalidades. Obs: PAC Cidades Históricas lançado como Política Pública para o Setor, no entanto mesmo constituindo-se diretrizes para a atuação do IPHAN não possuem força de lei.	1	Marco Legal	1	100%	1.752	755	2.507	-	-
2.5	Em 2000, IPHAN reúne uma equipe de especialistas para determinar a relevância histórica e artística de todos os monumentos declarados individualmente, sítios e prédios nos sítios.	1	Lista de Prioridades	1	100%	607	264	871	607	1.061
2.6	Em 2001, IPHAN elabora um plano estratégico para seu sistema de informação.	1	Plano Estratégico	1	100%	-	97	97	1.752	101
<b>3- Promoção de Atividades Econômicas</b>				<b>81%</b>		<b>3.257</b>	<b>1.080</b>	<b>4.337</b>	<b>3.257</b>	<b>578</b>
3.1	Ao final do Programa, 108 projetos de promoção de atividades econômicas em sítios históricos urbanos nacionais, executados em parceria com o setor privado.	108	Nº. de Projetos	87	81%	3.257	1.080	4.337	3.257	578
<b>4- Treinamento/Formação</b>				<b>84%</b>		<b>1.679</b>	<b>1.900</b>	<b>3.579</b>	<b>1.679</b>	<b>789</b>
4.1	Ao final do Programa, 03 grupos de seis instrutores treinados em restauração de carpintaria, alvenaria de pedra, escultura em pedra, ferraria, trabalho em estuque e pintura.	18	Nº. de Instrutores	34	189%	659	1.686	2.345	1.311	759
4.2	Ao final do Programa, 240 novos artífices treinados.	240	Nº. de Artífices	154	64%	-	118	118	55	4
4.3	Ao final do Programa, 1200 artífices são treinados em cursos de pequena duração nas áreas de cantaria, metais, alvenaria, marcenaria, carpintaria e entalhe, pintura de revestimentos parietais e estuque.	1.200	Nº. de Artífices	1.036	86%	1.020	96	1.116	313	26
<b>5- Programas Educativos</b>				<b>53%</b>		<b>2.804</b>	<b>1.060</b>	<b>3.864</b>	<b>2.804</b>	<b>1.046</b>
5.1	Ao final do Programa, Nº. de peças publicitárias realizadas para promover a conscientização, conservação, investimentos e visitas em áreas históricas - (01 campanha nacional, 3 campanhas regionais, 6 documentários, 40 clips, 20 programas televisivos	70	Nº. de Peças	-	0%	-	-	-	-	-
5.2	50 projetos de educação patrimonial realizados, em sítios históricos urbanos federais, ao final do Programa.	50	Nº. de Projetos	38	76%	1.435	418	1.853	1.010	376
5.3	30 publicações na área de interesse do Programa, desenvolvidas e publicadas, ao final do Programa.	30	Nº. de Publicações	41	137%	1.369	642	2.011	1.794	670

**Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).**

1.1 - Os imóveis públicos do Projeto em Alcântara, único convênio cancelado no Programa Monumenta, foram executados diretamente pelo IPHAN com recursos próprios. Com a valorização do Real frente ao Dólar foi necessário o financiamento da restauração de imóveis públicos nos sítios históricos beneficiados com recursos extra programa.
1.2 - O efeito multiplicador dos primeiros financiamentos à imóveis privados foi muito expressivo, atualmente o Programa conta com uma lista de espera de aproximadamente de 700 proponentes.
1.3 - Houve dificuldade na gestão e valorização dos fundos pelos governos locais, pois faltaram mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos para o fundo, e a fiscalização desses recursos. Não são necessários gastos com sua implementação.
1.4 - Os espaços públicos do Projeto em Alcântara, único convênio cancelado no Programa Monumenta, foram executados diretamente pelo IPHAN com recursos próprios. Com a valorização do Real frente ao Dólar também foi necessário o financiamento da restauração desses espaços públicos nos sítios históricos beneficiados com recursos extra programa.
2.1. Sistema Nacional de Informações Patrimoniais - SNIP em funcionamento.
2.2. Os planos diretores foram financiados em coordenação com outros Ministérios que também tinham previsão orçamentária para esta mesma finalidade (Ministério das Cidades e do Meio Ambiente).
2.3. A linha editorial do Programa foi bastante priorizada - Manuais.
3.1. Foram beneficiadas todas as propostas classificadas pela Comissão Técnica. Os projetos foram selecionados mediante edital de seleção específico, com ênfase no fortalecimento de grupos locais.
4.1. Foram identificados 34 Mestres Artífices por intermédio de edital de seleção, ampliando-se as vagas para o processo de formação.
4.2. Núcleos de Restauo – revisão e ampliação da carga horária dos cursos de formação.
4.3. Não foram contabilizados alunos que realizaram mais de um curso quando este foi ministrado na mesma cidade.
5.1. A Coordenação Nacional não deu continuidade à contratação de Agência de Publicidade para realização de campanhas, nacional e regionais, assim como de documentários, para que se voltar especificamente ao apoio de iniciativas de menor custo unitário mas de grande impacto local, via edital de seleção de propostas de projetos educativos.
5.2. Foram beneficiadas todas as propostas classificadas pela Comissão Técnica, selecionadas mediante edital específico.
5.3. A linha editorial do Programa foi bastante priorizada – publicações de projetos e livros técnicos de referência.

## D. Custos do Projeto

Categoria de Investimento	Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)						Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)			
	Orçamento Inicial Anexo A (Original)			Orçamento Vigente			Custo Atual Investimentos realizados até 04.10.2010			
	BID 1	LOCAL 2	TOTAL 3	BID 4	LOCAL 5	TOTAL 6	BID 7	LOCAL 8	TOTAL 9	% do Planejado 10
<b>1.0 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO</b>	-	<b>14.600</b>	<b>14.600</b>	-	<b>25.038</b>	<b>25.038</b>	-	<b>33.074</b>	<b>33.074</b>	<b>132.1</b>
1.1 Administração e Supervisão	-	7.700	7.700	-	20.523	20.523	-	25.722	25.722	125.3
1.2 Estudos e Projetos	-	6.900	6.900	-		6.900	-	7.352	7.352	106.2
<b>2.0 CUSTOS DIRETOS</b>	<b>36.695</b>	<b>16.405</b>	<b>53.100</b>	<b>49.491</b>	<b>29.905</b>	<b>79.396</b>	<b>43.683</b>	<b>30.161</b>	<b>73.844</b>	<b>93.0</b>
2.1 Investimentos Integrados	36.695	16.405	53.100	49.491	29.905	79.396	43.683	30.161	73.844	93.0
<b>3. ATIVIDADES CONCORRENTES</b>	<b>25.180</b>	<b>18.785</b>	<b>43.965</b>	<b>12.680</b>	<b>5.285</b>	<b>17.965</b>	<b>12.680</b>	<b>3.711</b>	<b>16.391</b>	<b>91.2</b>
3.1 Fortalecimento Institucional	6.600	1.530	8.130	4.940	1.245	6.185	4.940	1.2971	6.238	100.1
3.2 Promoção de atividades econômicas	3.900	3.620	7.520	3.257	1.080	4.337	3.257	578	3.835	88.4
3.3 Treinamento/Formação	4.080	3.790	7.870	1.679	1.900	3.579	1.679	789	2.468	68.9
3.4 Programas educativos	10.600	9.845	20.445	2.804	1.060	3.864	2.804	1.046	3.850	100.1
<b>4.0 CUSTOS FINANCEIROS</b>	<b>625</b>	<b>12.710</b>	<b>13.335</b>	<b>329</b>	<b>12.710</b>	<b>13.039</b>	<b>329</b>	<b>7.875</b>	<b>8.204</b>	<b>62.9</b>
4.1 Juros	-	11.700	11.700		11.700	11.700	-	6.328	6.328	<b>54.1</b>
4.2 Comissão de crédito	-	1.010	1.010	-	1.010	1.010.0	-	1.547	1.547	<b>153.2</b>
4.3 Inspeção e Supervisão	625	-	625	329	-	329	329	-	329	<b>100.0</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>62.500</b>	<b>62.500</b>	<b>125.000</b>	<b>62.500</b>	<b>62.500</b>	<b>125.000</b>	<b>56.692</b>	<b>74.821</b>	<b>131.512</b>	<b>105.2</b>
Parcela do Custo	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>43.1%</b>	<b>56.9%</b>	<b>100%</b>	

### Explique brevemente diferenças.

- (a) O *Orçamento Inicial* (Colunas 1,2,3) apresenta os valores do Anexo A do Contrato de Empréstimo.
- (b) O *Orçamento Vigente* apresenta modificações no Quadro de *Custo do Programa e Plano de Financiamento*, refletindo ajustes necessários na execução do Programa Monumenta, (sem alteração dos objetivos do Programa) em função de:
- (1) Valorização do Real frente ao Dólar demandando maior montante de moeda local para execução das obras propostas.
  - (2) Maior disponibilização de recursos para Investimentos Integrados dado o cumprimento de metas nos outros Componentes do Programa.
  - (3) Cancelamento: a interrupção e/ou o baixo ritmo de execução de algumas obras contratadas foram ocasionados por achados arqueológicos significativos e dificuldades de repasses financeiros pelo Governo federal ao Município por razões de inadimplência.
- (c) O Custo Atual (Colunas 7, 8, e 9) corresponde aos investimentos do financiamento e da contrapartida do Projeto Monumenta realizados até 04 de outubro de 2010:
- (1) O montante do financiamento de US \$5.808.291,08 não utilizado foi cancelado.
  - (2) O aumento de custos em relação ao previsto, tanto do Orçamento Inicial e Orçamento Vigente nas categorias 1.0 e 4.2, decorrem do prazo maior de execução do Projeto.

#### IV. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Positivos	Negativos
<p><b>Desenho do programa e dos projetos:</b> Disponibilidade de recursos governamentais para conservação, preservação e restauração do Patrimônio Histórico e de Imóveis Privados em áreas protegidas; Apoio financeiro e institucional de governos estaduais; Concepção de uma nova metodologia de trabalho visando projetos de intervenção integrada.</p>	<p><b>Desenho do Programa e dos projetos:</b> Rigidez dos Componentes; Falta de apoio do Programa na fase de formatação do Perfil de Projeto; Integralidade das necessidades do IPHAN não incluídas no Componente Fortalecimento Institucional; Limitação do Programa para 26 cidades; Falta de interesse das empresas nos certames devido aos baixos valores das obras públicas, serviços especializados e dispersão geográfica.</p>
<p><b>Mecanismos de execução:</b> Execução de obras de recuperação levando em consideração os diferentes aspectos para a revitalização física, sócio-econômica e cultural da área de Projeto; Atuação do Programa em Imóveis Privados; Confiança das empresas pela seriedade do Projeto.</p>	<p><b>Mecanismo de Execução:</b> prazo de execução previsto não realista, tendo em vista a complexidade das obras; inelegibilidade do uso de recursos do financiamento para recuperação de partes internas dos prédios (imóveis privados e projetos complementares em Monumentos); Dificuldade nos deslocamentos para acompanhamento das obras (equipes estaduais); Dificuldade de compatibilização das normas de licitação do organismo financiador com as normas nacionais. Inadimplência constante de subexecutores impedindo o repasse adequado dos recursos conforme plano de trabalho.</p>
<p><b>Procedimentos:</b> Implantação local do Escritório Técnico do Programa; Simplicidade dos procedimentos para prestação de contas e execução; Identificação, pelo IPHAN, de monumentos a serem restaurados; Celeridade do IPHAN na aprovação dos projetos e acompanhamento das obras; Lançamento de Editais para atividades concorrentes; Sistemática de monitoramento à distância; Compromisso na elaboração da Carta Consulta e no Perfil do Projeto; Fornecimento de material técnico às UEPs; Utilização de cartilhas educativas; Realização de visitas aos municípios por equipes multidisciplinares; intercâmbio de experiências e boas práticas entre UEPs.</p>	<p><b>Procedimentos:</b> Lentidão do IPHAN na análise e aprovação dos projetos; Morosidade da Justiça nos processos de desapropriação dos imóveis; Atraso no repasse para pagamento das medições de obras; Lentidão no aporte da contrapartida local: Demora na elaboração do Perfil e na assinatura do convênio; Incorreção do mapa cadastral da cidade; poucas ações de educação patrimonial; Ausência de uma política de prospecções arqueológicas nos monumentos (anterior à elaboração dos projetos e antes de se iniciar a obra); Morosidade da administração local; processos licitatórios realizados sem sucesso; Descrédito das ações de financiamento pelos proponentes aprovados no Edital de Seleção devido à demora na implementação inicial das ações pelo IPHAN e pela CAIXA; Escolhas políticas em detrimento de escolhas técnicas para a composição da UEP (cumprimento mínimo do perfil técnico estabelecido).</p>
<p><b>Arranjo Institucional:</b> Estabilidade e competência da UEP; Participação da UEP em seminários e cursos de formação e treinamento; O apoio técnico e participação de agência especializada (UNESCO).</p>	<p><b>Arranjo Institucional:</b> Dificuldade de contratação dos membros das UEPs frente ao grau de exigência de formação profissional; Burocracia do IPHAN; Reduzido quadro de funcionários do IPHAN e complexa burocracia na tramitação de aprovação de projetos sem a clara definição de parâmetros e procedimentos; Escolha da CAIXA como agente financeiro para imóveis privados pela falta de priorização na condução/contratação dos financiamentos. Procedimentos dos 03 níveis de governo, e diferentes estruturas, com procedimentos específicos, geraram retrabalho e tramitações superpostas(SEAIN/MP e ABC/MRE; STN/MF e MinC; CAIXA, Estados e Municípios).</p>
<p><b>Recursos Financeiros:</b> Criação do Fundo de Preservação; Priorização do Setor com o financiamento do Programa por Banco de Desenvolvimento. Manutenção do planejamento orçamentário por todo o período de execução do Programa.</p>	<p><b>Recursos financeiros:</b> Contingenciamento de recursos durante os primeiros anos de execução do Programa; Dificuldade na gestão e valorização do Fundo Municipal de Preservação pelos governos locais; Ausência de mecanismos jurídico-institucionais que garantissem retorno de recursos financeiros para o fundo.</p>
<p><b>Infra-Estrutura Local:</b> Aumento da estrutura física e de equipamentos disponíveis no Município; Comprometimento da administração local e do IPHAN na formação de equipes.</p>	<p><b>Infra-Estrutura Local:</b> Falta de habilitação técnica das empresas locais para participação nas licitações; Escassez de mão de obra especializada; Deficiência em recursos humanos e financeiros nos Escritórios Regionais do IPHAN; Ausência de plano diretor das cidades; incapacidade municipal em prover adequadamente a contrapartida; Falta de infra-estrutura para o turismo em Sítios Históricos.</p>
<p><b>Controle e Supervisão:</b> Sistemática de monitoramento, avaliação e supervisão implementada pelo MinC/IPHAN.</p>	<p><b>Controle e Supervisão:</b> Variedade nos mecanismos de controle (3 níveis de governo, BID, CAIXA e UNESCO); Necessidade de capacitação para gestores.</p>
<p><b>Relacionamento entre as Equipes:</b> Acesso aos técnicos da UCG e do IPHAN.</p>	<p><b>Relacionamento entre as Equipes:</b> Frágil integração entre UEP – Prefeitura – Governo do Estado – IPHAN e UCG.</p>

<p><b>Apoio governamental, parcerias e sustentabilidade:</b> Apoio dos Governos Estadual e Municipal para viabilização do Programa – aporte técnico e financeiro; Interface e parceria dos governos locais com o IPHAN fortalecida; Interlocução com entes governamentais criando sinergias entre projetos e na aplicação de novas soluções para áreas protegidas – Ministério das Cidades, Ministério do Meio-Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério da Educação; Universidades Estaduais (Recôncavo e Sergipe); Fundações e ONGs.</p>	<p><b>Apoio governamental, parcerias e sustentabilidade:</b> Falta de interação entre os Ministérios na execução de projetos; Constantes mudanças administrativas; Pouca participação e controle social; Atuação negativa da imprensa nas questões geradas pelo embargo de obras; Ausência de um programa de educação patrimonial paralelo à implementação dos projetos de intervenções integradas.</p>
<p><b>Envolvimento da Comunidade:</b> Participação da comunidade na discussão das ações a serem contempladas pelo Programa quando de sua formulação.</p>	<p><b>Envolvimento da Comunidade:</b> Descrédito da comunidade em relação ao tempo despendido entre o início da formulação do perfil de projeto e o início efetivo de sua execução (média de 03 anos); Demora nos processos licitatórios, causando frustração das expectativas da população.</p>

#### A. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

[ ] Muito Satisfatório (MS) [ X ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório(MI)			
--	--	--	--

#### B. Desempenho do Banco

[ ] Muito Satisfatório (MS) [ X ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório(MI)			
--	--	--	--

### V. SUSTENTABILIDADE

#### A. Análise de Fatores Críticos

Positivos	Negativos
<p><b>Gestão Pública:</b> Disponibilidade de recursos do Governo federal; Estabelecimento do Programa Monumenta no âmbito do Plano Plurianual de 2008-2011; Sistematização de reuniões com órgãos estaduais e municipais envolvidos no programa. Previsão orçamentária de investimentos municipais e ação de conservação do sítio histórico e instrumento de gerenciamento do Plano de Trabalho e alocação de recursos (Fundo de Preservação).</p>	<p><b>Gestão Pública:</b> Dificuldade de coordenação das ações em cada nível de governo - interministerial/estadual/municipal integrada; Precária alocação de recursos públicos para manutenção dos prédios e áreas restauradas; Falta de ênfase em ações de educação patrimonial nas áreas de projeto; Dificuldades de implantação do uso proposto a monumentos ao final do restauro; Falta de integração entre a política urbana e a de preservação do patrimônio.</p>
<p><b>Participação da Comunidade:</b> Forte adesão ao financiamento de Imóveis Privados fomentando recursos para o Fundo de Preservação; Aceitação e aprovação do Projeto pela comunidade; Confiança dos empresários na valorização da área de abrangência do Programa; Implantação de um novo paradigma na preservação do patrimônio histórico.</p>	<p><b>Participação da Comunidade:</b> No início do Programa houve pouca adesão ao financiamento dos imóveis privados; Confuso sistema de cobrança da CAIXA aos financiamentos de imóveis privados; Irregularidade fundiária e fiscal dos imóveis; Pouco envolvimento da maioria das cidades na estratégia e consolidação dos Fundos de Preservação.</p>
<p><b>Mecanismos de Execução:</b> Execução de obras em edifícios com propostas de uso sustentável; Adesão aos Editais de Atividades concorrentes; Elaboração de projetos culturais para uso dos espaços públicos revitalizados; ações de educação patrimonial; Cursos de capacitação e oficinas participativas; Aumento das atividades econômicas na área protegida; Parcerias bem sucedidas, como exemplo, a instalação de Campi Universitários em áreas protegidas (Cachoeira/BA e Laranjeiras/SE).</p>	<p><b>Mecanismos de Execução:</b> Dificuldades jurídico-operacionais e resistência na implantação do Fundo de Preservação; ausência de mecanismo para a vinculação do retorno dos investimentos em obras para a conservação dos monumentos restaurados; Pouco interesse das empresas de construção civil nas licitações do Programa pela especificidade do trabalho vis à vis o baixo valor médio das intervenções.</p>
<p><b>Procedimentos:</b> Criação do Fundo Municipal de Preservação e mobilização do Comitê Gestor; Realização do depósito obrigatório, pelo subexecutor, na conta do Fundo de Preservação; Inclusão no Projeto dos usos comerciais e de serviços para o restauro do monumento/imóvel; Divulgação na imprensa das ações do MONUMENTA; Incremento de atividades institucionais e de lazer na área do Projeto; Ampliação dos inventários e o estabelecimento das normas técnicas pelo IPHAN.</p>	<p><b>Procedimentos:</b> Dificuldades operacionais e falta de aporte de recursos no Fundo de Preservação; Demora da aprovação pela CAIXA para o financiamento de imóveis privados.</p>

<b>Recursos Financeiros:</b> Disponibilidade de recursos do Governo federal; Estabelecimento do Programa no Plano Plurianual de 2008-2011.	<b>Recursos Financeiros:</b> Escassez de recursos municipais para o cumprimento das medidas necessárias para a manutenção e conservação do patrimônio municipal.
--	--

## B. Riscos Potenciais

Riscos identificados	Ações de mitigação
<b>Participação da Comunidade e imóveis privados: Migração</b> de moradores e do comércio do Centro Histórico para outros bairros; Não ocupação dos imóveis restaurados; Inadimplência dos contratos.	<b>Participação da Comunidade e imóveis privados:</b> Fiscalização, envolvimento e cobrança da comunidade para a continuidade dos compromissos assumidos. Educação patrimonial nas escolas e na comunidade; Monitoramento permanente para evitar a inadimplência e aplicação das penalidades previstas.
<b>Gestão local:</b> Debilidade administrativa, indisponibilidade financeira para o aporte de contrapartida, ausência de ações de manutenção e conservação; Ausência de educação patrimonial; Baixa capacidade institucional dos Estados e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, para contribuir com o alcance de uma gestão compartilhada e eficiente do Patrimônio Cultural Brasileiro; Inoperância do Fundo de Preservação por dificuldades e indefinições jurídico-operacionais.	<b>Gestão local:</b> Fortalecimento de sua capacidade institucional incluindo o planejamento e gestão com participação social; Implantação de equipamentos urbanos; Licitação por parte da Prefeitura de terceirização dos espaços com base nas orientações da UCG; Transparência no processo de cobrança; Estabilidade profissional e exigência de critérios técnicos para a contratação de pessoal; Parcerias entre Estado, Município e iniciativa privada; Permanência da Lei que cria o conselho curador.
<b>Gestão nacional:</b> Estrutura do IPHAN (21 Superintendências Regionais, 6 sub-regionais, 27 escritórios técnicos, 28 Museus, 3 unidades especiais - e o Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro) é insuficiente para a realização da sua missão.; Não disponibilização em meio digital dos documentos produzidos através do site do IPHAN.	<b>Gestão nacional:</b> Está em tramitação proposta de reestruturação do MinC e de suas vinculadas. Pretende-se ampliar a capacidade das unidades descentralizadas do IPHAN que, em alguns casos, contam com menos de 5 servidores para exercer suas competências gerenciais, técnicas e administrativas; Disponibilização de documentos técnicos e manuais no site do IPHAN.
<b>Recursos financeiros:</b> Baixa transferência e/ou aplicação de recursos em áreas protegidas, como exemplo, os recursos concedidos via Lei Rouanet, destinados a atividades culturais vinculadas ao patrimônio material, são de aproximadamente apenas 20% do total.	<b>Recursos financeiros:</b> Atualmente a Lei Rouanet está sendo revista pelo MinC para propiciar um melhor direcionamento destes recursos às políticas públicas culturais do País; Incentivo fiscais vinculados a boa conservação dos imóveis; Incentivo a ocupação habitacional no Centro Histórico com financiamentos específicos.
<b>Recursos humanos:</b> Insuficiência de infra-estrutura e recursos humanos para a realização do trabalho no IPHAN, aliados a inexistência de um plano de cargos e salários; Cerca de 60% do corpo técnico do IPHAN poderá se aposentar nos próximos 5 anos; Ausência de um programa de atualização da qualificação do corpo técnico.	<b>Recursos humanos:</b> A realização de concursos públicos, aliada a capacitação e atualização do corpo técnico, propiciará ao IPHAN manter e recuperar sua capacidade técnica e institucional condizente a sua missão.

## C. Capacidade Institucional

- 5.1 No Fortalecimento Institucional dos Municípios, a estratégia baseou-se, por um lado, no apoio financeiro para a atualização legislativa e, por outro, na capacitação de gestores de funções públicas, nos aspectos atinentes ao objetivo do programa.
- 5.2 As ações sistemáticas de fortalecimento institucional do MINC e do IPHAN, o apoio institucional aos municípios, e principalmente as ações desenvolvidas nas Atividades Concorrentes contribuíram para um público mais conscientizado. A experiência de uma década de implementação, envolvendo centenas de atores governamentais e da sociedade civil, em todo Brasil, também contribuiu para sustentar um novo paradigma na valorização do patrimônio histórico e cultural do País.
- 5.3 Como evidência pode-se citar o Plano Plurianual de 2008-2011, o qual propõe uma combinação ótima de investimentos, a partir das realidades locais, que levem ao desenvolvimento regional mais equilibrado em uma perspectiva de longo prazo. Uma proposta de continuidade do Programa Monumenta se alinha com essa perspectiva na medida em que busca a preservação sustentada do patrimônio cultural brasileiro.
- 5.4 Destaca-se também que, em novembro de 2007, foi promovida pelo IPHAN a reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas que contou com a presença de mais de 40 prefeitos de 13 Estados da Federação. Ainda em dezembro de 2007, o IPHAN apresentou sua proposta de construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) ao Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e pactuou com o Fórum a estratégia para a construção desse Sistema, e em 2008, foi promovida a primeira reunião entre o IPHAN e os órgãos estaduais de gestão do patrimônio cultural desde 1971, dando início a uma agenda sistemática de trabalho desde então.

### Classificação de Sustentabilidade (SU) :

[ ] Muito Provável (MP)      [ **x** ] Provável (P)      [ ] Pouco Provável (PP)      [ ] Improvável (I)

## VI. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### A. Informação sobre Resultados

- 6.1 O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR estabeleceu as condições supervisão e monitoramento do Projeto de acordo com as normas e procedimentos do Banco e especificados mediante detalhado Regulamento Operacional. Por parte do Executor foram estabelecidos diversos mecanismos e processos informatizados de acompanhamento como o já mencionado SISPLAN, Patrimônio/SIP e Sistema específico o monitoramento e a avaliação do Programa, o processo decisório, o controle físico e financeiro, a auditoria e a produção de relatórios confiáveis. Durante a implementação, as demonstrações financeiras federais e municipais relacionados com o Programa foram auditadas pela Secretaria Federal de Controle da Presidência da República.

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
<b>Desenho do Programa:</b> Instrumentos de gestão modernizados, sistemática de monitoramento e diretrizes para conservação dos imóveis, ferramenta para definição de investimentos.	<b>Desenho do Programa:</b> Utilização de indicadores padrão para todas as cidades; Apresentação, através do Marco-Lógico, de meios de verificação e indicadores muito ambiciosos aos resultados propostos; Deficiência das linhas de base propostas e dependência de coleta de dados primários;. Inadequação dos instrumentos de monitoramento e avaliação que ainda não estavam prontos ao início da execução do Programa.
<b>Cursos, visitas e eventos:</b> Credibilidade do Programa favorecida pela visita constante de autoridades federais; Realização de cursos de capacitação e seminários de avaliação; Realização de reuniões freqüentes (inclusive missões do organismo financiador) entre técnicos da UCG e do IPHAN, permitindo adequar as ações respeitando as demandas/realidade do sítio histórico.	<b>Cursos, visitas e eventos:</b> Falta de registro unificado de inúmeras palestras e cursos dados pelas UEPs; Limitações financeiras para acompanhamento periódico dos técnicos da UCG.
<b>Instrumentos e procedimentos:</b> Consolidação de procedimentos de monitoramento e instrumentos para auxiliar a tomada de decisões mediante relatórios de progresso, relatórios de conservação e manutenção; banco de dados (inventários); Elaboração de procedimentos e fluxos administrativos (fluxogramas, regulamento operativo, manuais, documentos padrão, check list, exemplos recomendados); Divulgação atualizada do MONUMENTA em site oficial; Acessibilidade à área de projeto para vistoria/acompanhamento e medições.	<b>Instrumentos e procedimentos:</b> Falta de relatório de retorno da UCG com o estrato das ações da UEP indicando deficiências e propondo ações mitigadoras; Morosidade nas decisões para solucionar problemas no andamento das obras (UEP, IPHAN e UCG); Acúmulo de obras para fiscalização ao engenheiro responsável pela medição; Atraso na vistoria das obras para aprovação das planilhas de medições e emissão de relatório de fiscalização – IPHAN.

### B. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

- a. Os sistemas de monitoramento do MinC e IPHAN apoiarão futuras ações de monitoramento e avaliações dos efeitos do Programa Monumenta.
- b. O Contrato de Empréstimo 1200/OC-BR não estabelece a condição de uma avaliação ex-post.

## VII. LIÇÕES APRENDIDAS

### A. NA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:

- 7.1 A rigidez na estrutura do programa ou projeto, com excessiva limitação na oferta de recursos, reduz a atratividade e pode exigir revisões e reavaliações que retardam a execução e resultam em demandas freqüentes por alterações nos regulamentos e contratos (estimativas orçamentárias e variação cambial).
- 7.2 Na implementação de um projeto que prevê a participação dos 03 níveis de Governo, é imprescindível contar com o comprometimento dos atores estratégicos com os objetivos e metas descritos para o programa e para os projetos locais. Esta interlocução é essencial durante todo o ciclo de preparação, execução e avaliação. Isto implica na constituição de um pacto local, envolvendo necessariamente o poder público municipal, e na definição de prioridades e de uma agenda compartilhada com as ações do governo estadual e federal.
- 7.3 O arranjo institucional de um programa nacional deve estimular a criação de ambientes de troca de experiências e de aprendizagem, assim como de compartilhamento de soluções técnicas, entre todos os beneficiários dos projetos.

- 7.4 A participação das equipes técnicas na elaboração do diagnóstico e no desenho do programa e dos projetos é essencial para a apropriação de seus conteúdos, para o conhecimento de indicadores que reflitam as especificidades locais e para o comprometimento com a execução.
- 7.5 Todos os documentos jurídicos, necessários à operacionalização do Programa, devem ser elaborados durante sua preparação a fim de não causar atrasos em sua execução, como exemplo: o instrumento para financiamento de imóveis privados (05 anos entre elaboração e validação); e o modelo para funcionamento do Fundo de Preservação Municipal.
- 7.6 O Programa não deve prever ações que detém pressupostos para sua realização que não estão sob controle do mesmo, como exemplo: as ações de fortalecimento do quadro técnico do IPHAN pressupõem a realização de concurso público para contratação de pessoal, o não ocorreu nos 05 anos de execução previstos originalmente.

## **B. NA PREPARAÇÃO/EXECUÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS**

- 7.7 A utilização de metodologia para preparação do programa e elaboração dos projetos, suportada por instrumentos que sejam facilmente assimilados pelas equipes locais favorece a sua implementação.
- 7.8 A coordenação técnica compartilhada de um programa nacional exige clara definição de papéis e de responsabilidades e a adoção de modelo de gestão descentralizado, que aproxime a UCG e o BID das UEPs.
- 7.9 A avaliação da capacidade institucional do organismo executor (nacional ou local) com identificação de deficiências e elaboração de plano de ação e de investimentos para mitigar os riscos de execução.
- 7.10 Dada a execução descentralizada dos projetos, a capacitação das equipes técnicas na estrutura conceitual, nas metodologias e nos procedimentos do programa e dos projetos, nas políticas de aquisições, e, contratações e em gestão, monitoramento e avaliação de projetos, devem ter início, ainda, durante a etapa de preparação e ser de caráter continuado na execução, inclusive para prevenir descontinuidades administrativas.
- 7.11 O uso de agências especializadas para apoio à coordenação nacional pode ampliar a burocracia na execução em razão da inclusão de normas adicionais às definidas pelo executor e pelo financiador, e pela sua capacidade de resposta às demandas do Programa.
- 7.12 Programas com arranjo institucional e intervenções complexas devem ser desenhados sob a modalidade “multifase”, promovendo uma intervenção mais focalizada, com maior impacto local, melhores elementos para sua avaliação e melhorias para as futuras intervenções. Esta característica também diminuiria a magnitude das extensões pretendidas, pois houve grande comprometimento destes prazos unicamente com sua tramitação em diferentes níveis governamentais de aprovação.
- 7.13 A importância de se prever um período de execução realista frente à magnitude dos objetivos a serem alcançados. Não obstante o Programa ter ampliado em mais de 3 vezes a meta de intervenção em sítios históricos (07 para 26 sítios históricos), exceder o prazo de execução em mais que o dobro do tempo esperado compromete a capacidade de avaliação do alcance das metas do Programa.

## **C. NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:**

- 7.14 A importância de se realizar um detalhado dimensionamento da complexidade institucional do Programa, requerida para a intervenção em tantos sítios históricos, especialmente quando envolve os atores tão diversos e, às vezes, com interesses conflitantes: MinC, IPHAN, estados, municípios, setor privado e sociedade civil.
- 7.15 As normas nacionais para transferências de recursos por meio de convênios do governo federal para os municípios adicionam burocracia aos procedimentos de execução, em especial quanto aos desembolsos (transferências por recursos comprometidos).
- 7.16 A composição das equipes de coordenação e execução com pessoal do quadro permanente mitiga os riscos da rotatividade, da resistência ao processo de mudança e da descontinuidade administrativa, que interrompem as ações de preparação e execução.
- 7.17 A utilização de metodologia para execução dos projetos, com padronização de procedimentos e disponibilização de manuais de apoio à execução, agiliza o cumprimento das atividades, reduz o retrabalho, aumenta a capacidade de execução e o fluxo de desembolso.
- 7.18 A utilização de tecnologias e ferramentas de gestão do conhecimento, de divulgação de melhores práticas e de educação à distância otimiza as soluções e aproxima os envolvidos.

## **D. NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA E DOS PROJETOS:**

- 7.19 As metas e indicadores são instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação e representam o compromisso dos executores com os resultados. Assim, a definição de indicadores sem prévia identificação de linha de base, ou composta de dados primários, dificulta a mensuração integrada do programa: (a) resultados da implementação dos produtos; (b) resultados finais dos componentes.

7.20 A supervisão deve atender pelos menos aos seguintes requisitos: (i) resultados do projeto (indicadores e metas); (ii) acompanhamento sistemático com monitoramento de riscos; (iii) orientação e capacitação dos executores; (iv) identificação de problemas e elaboração de plano de ações corretivas.

**Anexo 1A e 1B**  
**Financiamento do Projeto**  
**Anexo 1-A Fonte de Financiamento**  
**Empréstimo 1200/OC-BR, BR0261**

Categoria de Investimento	Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)						Custo Total do Projeto - Atual (US\$ milhões)	% do planejado				
	Orçamento Inicial Anexo A (Original)			Orçamento Vigente								
	BID 1	LOCAL 2	TOTAL 3	BID 4	LOCAL 5	TOTAL 6		BID 7	LOCAL 8	TOTAL 9	BID 10	LOCAL 11
<b>1.0 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>14.600</b>	<b>14.600</b>	<b>-</b>	<b>25.038</b>	<b>25.038</b>	<b>-</b>	<b>33.074</b>	<b>33.074</b>	<b>-</b>	<b>132.1</b>	<b>132.1</b>
1.1 Administração e Supervisão	0	7.700	7.700	-	20.523	20.523	-	25.722	25.722	-	125.3	125.3
1.2 Estudos e Projetos	0	6.900	6.900	-		6.900	-	7.352	7.352	-	106.2	106.2
<b>2.0 CUSTOS DIRETOS</b>	<b>36.695</b>	<b>16.405</b>	<b>53.100</b>	<b>49.491</b>	<b>29.905</b>	<b>79.396</b>	<b>43.683</b>	<b>30.161</b>	<b>73.844</b>	<b>88.2</b>	<b>99.2</b>	<b>93.0</b>
2.1 Investimentos Integrados	36.695	16.405	53.100	49.491	29.905	79.396	43.683	30.161	73.844	88.2	99.2	93.0
<b>3. ATIVIDADES CONCORRENTES</b>	<b>25.180</b>	<b>18.785</b>	<b>43.965</b>	<b>12.680</b>	<b>5.285</b>	<b>17.965</b>	<b>12.680</b>	<b>3.711</b>	<b>16.391</b>	<b>100</b>	<b>70.2</b>	<b>91.2</b>
3.1 Fortalecimento Institucional	6.600	1.530	8.130	4.940	1.245	6.185	4.940	1.2971	6.238	100	104.2	100.1
3.2 Promoção de atividades econômicas	3.900	3.620	7.520	3.257	1.080	4.337	3.257	578	3.835	100	53.5	88.4
3.3 Treinamento/Formação	4.080	3.790	7.870	1.679	1.900	3.579	1.679	789	2.468	100	41.5	68.9
3.4 Programas educativos	10.600	9.845	20.445	2.804	1.060	3.864	2.804	1.046	3.850	100	98.7	100.1
<b>4.0 CUSTOS FINANCEIROS</b>	<b>625</b>	<b>12.710</b>	<b>13.335</b>	<b>329</b>	<b>12.710</b>	<b>13.039</b>	<b>329</b>	<b>7.875</b>	<b>8.204</b>	<b>100</b>	<b>62.9</b>	<b>62.9</b>
4.1 Juros	0	11.700	11.700		11.700	11.700	-	6.328	6.328	-	54.1	54.1
4.2 Comissão de crédito	0	1.010	1.010	-	1.010	1.010.0	-	1.547	1.547	-	153.2	153.2
4.3 Inspeção e Supervisão	625	0	625	329	-	329	329	-	329	100	-	<b>100.0</b>
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>62.500</b>	<b>62.500</b>	<b>125.000</b>	<b>62.500</b>	<b>62.500</b>	<b>125.000</b>	<b>56.692</b>	<b>74.821</b>	<b>131.512</b>			
<b>Parcela do Custo</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>43.1%</b>	<b>56.9%</b>	<b>100%</b>			

Fonte: Colunas 1-3, Anexo A, Contrato de Empréstimo; Colunas 4-9 LMS e Relatório Semestral 1º de 2010 com informações em 30.06.2010.

Obs. Referente o Anexo 1B, a Proposta de Empréstimo não estabeleceu um Calendário de Investimentos

## ANEXO 2



### Banco Interamericano de Desenvolvimento Relatório de Término de Projeto – PCR 2006 Avaliação do Mutuário

Número do Projeto: BR- 1200/OC	
Agência(s) Executora(s): Ministério da Cultura Co-executoras:	
Mutuário: República Federativa do Brasil	
Data de Aprovação do Projeto: 22/09/1999	Data de Efetivo contrato: 04/12/1999
Data de Avaliação do Mutuário: 07/12/2010	Data da Reunião de Encerramento: 19/11/2010
<b>Classificação de Desempenho do mutuário no Projeto</b>	
<u>Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:</u> <input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
<u>Implementação do Projeto:</u> <input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)	
<u>Resultado de Sustentabilidade do Projeto:</u> <input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
<u>Comentários:</u> <p>O alcance dos objetivos é provável, posto que 26 fundos de preservação foram criados, sendo que 11 se encontram com conselho gestor nomeado e possuem recursos sendo depositados em conta corrente; contudo, o efetivo alcance somente se com o efetivo funcionamento desses fundos criados.</p> <p>Também por estes motivos, o resultado da sustentabilidade do Projeto é entendido como provável, sendo que neste quesito soma-se o fato do mutuário estar aproveitando a experiência do Programa para criar novas linhas de ação que visam à sustentabilidade, como o PAC Cidades Históricas.</p>	
<b>Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto</b>	
Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto: <input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)	
<u>Comentários:</u> <p>Destacamos a participação popular na detecção de demandas a serem atendidas como o principal elemento positivo na preparação dos projetos das cidades para posterior apresentação ao Programa.</p>	

### Desempenho do Mutuário durante a Execução

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

Muito Satisfatório (MS)    Satisfatório (S)    Insatisfatório (I)    Muito Insatisfatório (MI)

#### Comentários:

Não hesitamos em propor e promover alterações significantes na forma de atuar, buscando constantemente aprimorar métodos e equipe, bem como apresentando uma boa interface, de forma geral, com as instâncias executoras do Programa.

### Desempenho do Banco durante a Preparação e Supervisão do Projeto

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: O Banco facilitou o desenho do projeto? Propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento)? Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras? Tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto?

Muito Satisfatório (MS)    Satisfatório (S)    Insatisfatório (I)    Muito Insatisfatório (MI)

#### Comentários:

O Banco se fez presente em todos os momentos da preparação e da execução do Projeto, buscando aportar conhecimento e experiência às questões inerentes a cada etapa, indicando e até mesmo provendo estratégias e serviços de consultoria que apoiassem às necessidades do mutuário; além disso, o relacionamento com os representantes do Banco propiciou um fórum de discussões que contribuiu sobremaneira na avaliação da efetiva possibilidade de concreção dos objetivos principais e objetos esperados, o que ajudou em muito a melhorar o alcance dos objetivos pactuados..

### Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

Para o futuro, recomendamos avaliar, durante o desenho dos projetos, a relação entre prazo estimado de execução x objetos pactuados, buscando evitar que a variedade de tipos de ação contemplados não se torne um obstáculo ao prazo desejável de execução.

No caso específico de programas que envolvem a participação popular na elaboração das propostas a serem contempladas, convém buscar a manutenção da participação de tais atores durante o processo de execução, de forma a melhor promover o acompanhamento, a fiscalização e o conhecimento por parte das sociedades locais.